

# O cartório oitocentista da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Coimbra

The 19<sup>th</sup> century archive of the Venerable Third Order of Penance of S. Francis of Coimbra

Ana Margarida Dias da Silva 

Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, Portugal.

E-mail: anasilva@fl.uc.pt

## Resumo

O principal objetivo deste trabalho é analisar a organização do cartório da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra (Portugal) realizada no século XIX. A partir do *Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3<sup>a</sup> de Coimbra*, de 1828, e do *Livro de inventário dos livros e mais papéis do cartório*, de 1887, é possível reconstruir a organização arquivística então estabelecida. A preocupação com a salvaguarda, o acesso e a organização dos documentos manifesta-se na elaboração deste dois inventários. Os dois livros de inventário do cartório da Ordem Terceira de Coimbra apresentam a organização do arquivo da instituição através da ordenação alfabética dos livros dentro cada série, entre as letras A e M, e os documentos avulsos agrupados em maços segundo uma ordenação numérica de 1 a 34. O inventário de 1887 segue o de 1828 embora com algumas alterações, particularmente na descrição dos maços. Os dois inventários sumarizam o conteúdo dos livros e dos documentos e permitem saber que estes estavam arrumados na sala da secretaria.

## Palavras-chave

Classificação, Organização arquivística, Acesso à Informação, Inventários, Arquivo religioso.

### Editores-chefes

Marcus Dores  
Célia Lopes

### Editores convidados

Ana Pereira Ferreira  
Leonor Dias Garcia  
Ofélia Sequeira

### Dossiê

Paleografia e  
Diplomática na senda  
das Humanidades  
Digitais: caminhos  
e propostas

### Como citar:

SILVA, Ana Margarida  
Dias da. O cartório  
oitocentista da Venerável  
Ordem Terceira da  
Penitência de São  
Francisco de Coimbra.  
Revista LaborHistórico, v.10,  
n.1, e63293, 2024. doi:  
[https://doi.org/10.24206/  
lh.v10i1.63293](https://doi.org/10.24206/lh.v10i1.63293)

## Abstract

The main goal of this paper is to analyze the organization of the archive of the Venerable Third Order of Penance of S. Francisco de Coimbra (Portugal) made in the 19<sup>th</sup> century. From the *Inventory of the Archive of the Venerable Order 3<sup>rd</sup> of Coimbra* (*Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3<sup>a</sup> de Coimbra*) made in 1828, and the *Inventory Book of the books and more papers from the archive* (*Livro de inventário dos livros e mais papéis do cartório*), of 1887, it is possible to reconstruct the archival organization established then. The concern with safeguarding, the possibility of access and organization of its documents is manifested in the elaboration of the two inventories. Both provide information about the books and papers that were in the shelves of the secretary house. The two inventories present the organization of the institution's archive through the alphabetical ordering of the books within each series, between the letters A and M. The separate documents were grouped in packs according to numerical ordering from 1 to 34. The 1887 inventory follows that of 1828 although with some changes, particularly in the description of the packs and both summarize the content of the books.

## Keywords

Archival classification, Archival organization, Information access, Inventories, Religious archive.

## Introdução

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra (a partir daqui Ordem Terceira de Coimbra) foi fundada a 5 de janeiro de 1659 como pessoa moral canonicamente ereta, no convento de S. Francisco da Ponte. Na sua origem, a prática dos seus exercícios espirituais era feita na capela colateral da parte do Evangelho da igreja do referido convento. Em 1740 iniciou-se a construção da sua capela própria, anexa ao convento de S. Francisco da Ponte, local ainda hoje propriedade da instituição. Contudo, vicissitudes várias levaram a sérios conflitos com os frades franciscanos, pelo que a Ordem Terceira conimbricense abandonou a sua capela, passando a reunir na igreja da antiga sé catedral (Sé Velha) até inícios do século XIX. Na sequência da extinção das ordens religiosas masculinas, em 1834, o Conselho da Venerável Ordem obteve do poder régio a igreja do Carmo, sita na rua da Sofia, em 1837, e o restante edifício do extinto colégio dos Carmelitas Calçados, em 1841, para aí se estabelecer e fundar o seu hospital, local que é ainda hoje a sede da instituição.

Ainda que diversos motivos tenham levado esta instituição a deslocar-se entre vários espaços da cidade de Coimbra, a massa documental que evidencia a sua

existência, a sua história e a sua missão de mais de 360 anos não se dispersou e em nada se perdeu. Hoje, o arquivo da Ordem Terceira conta com 32,14 metros lineares de documentação que se materializam em 355 livros, 99 caixas, 114 maços, 544 pastas, 4 cadernos, 11.856 documentos e 132 plantas, em suportes papel, pergaminho, papel fotográfico e papel de engenheiro.

A preocupação com a salvaguarda, possibilidade de acesso e organização aos seus documentos manifesta-se na elaboração do *Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3ª de Coimbra*, em 1828, e do *Livro de inventário dos livros e mais papéis do cartório*, em 1887.

O objetivo deste trabalho é analisar a organização e acesso ao cartório da Ordem Terceira de Coimbra feita no século XIX a partir do *Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3ª de Coimbra*, de 1828, e do *Livro de inventário dos livros e mais papéis do cartório*, de 1887.

## A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra<sup>1</sup>

As ordens terceiras seculares conheceram grande adesão e desenvolvimento sobretudo nos séculos XVII e XVIII. O auxílio espiritual e material dedicado aos seus membros foram incentivos importantes e atrativos para a adesão das populações de antanho.

A Ordem Terceira de Coimbra é uma Fraternidade da Ordem Franciscana Secular (TOF), fundada em 1659 como pessoa moral eclesiástica canonicamente ereta, com sede em Coimbra, na rua da Sofia, n.º 114. Tem por fim principal contribuir para que todos os irmãos e irmãs, impelidos pelo Espírito à perfeição da caridade a atingir no seu estado secular, vivam o Evangelho à semelhança de S. Francisco de Assis, mediante a profissão da Regra da Ordem Franciscana Secular (TOF), na qual a Fraternidade se integra.

Sendo essencial à sua Regra a vida de fraternidade, promove-se, em espírito de comunhão, todo o possível auxílio aos irmãos, incluindo o auxílio material. Para além das atividades específicas da vida de fraternidade e de culto comunitário, com o fim de alargar o seu campo de apostolado, a Fraternidade inclui também nos seus objetivos a prestação de serviços de segurança social e atividades culturais preferencialmente e em igualdade de circunstâncias aos seus irmãos, estendendo-as a outras pessoas, indistintamente e na medida das suas possibilidades. O âmbito de ação da Fraternidade é o concelho de Coimbra.

---

<sup>1</sup> Sobre a Ordem Terceira de Coimbra, consultar, SILVA, Ana Margarida Dias da; MARQUES, Adelino (2019). *A venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra no 360º aniversário da sua fundação*. Coimbra: Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco.

S. Francisco de Assis deu forma às ordens terceiras seculares (existindo igualmente ordens terceiras regulares) designadas desta forma pois foram fundadas a seguir à dos frades menores e à das irmãs clarissas, mas foi pela Regra do Papa Nicolau IV, seguindo a Bula de 18 de agosto 1289, e alterada com melhoramentos de vários papas, que os terceiros franciscanos se regeram até à importante reforma de Leão XIII que promoveu e promulgou a reforma da sua Regra através da constituição *Misericors Dei Filius* de 20 de maio de 1883, Regra essa que vigorou até à data da sua revogação e substituição pelo atual texto de 24 de junho de 1978, aprovado pelo Breve do Papa Paulo VI.

As ordens terceiras seculares são definidas atualmente pelo *Código do Direito Canónico* de 1983 como “associações cujos membros participando no século do espírito de algum instituto religioso e sob sua alta orientação, levam uma vida apostólica e tendam à perfeição cristã”. Têm um enquadramento jurídico diferente das irmandades e das confrarias e aproximam-se das ordens religiosas pela sua orgânica aprovada pela Santa Sé e porque os seus membros fazem noviciado e profissão, podendo usar hábito especial, substituível por insígnias, como o escapulário, medalha ou cordão.

A busca pela perfeição evangélica, a partir da vivência religiosa rigorista, marcada pela disciplina, obediência, autocontrole e penitência, configuram-se como o objetivo principal dos membros das ordens terceiras franciscanas. Durante o século XVIII foi intensa e modelar a vida espiritual litúrgica e cristã dos membros da Ordem Terceira com a divulgação do pregão da encomendação das almas em novembro, com a realização das procissões da Penitência, dos Passos e do Enterro do Senhor, a Quarta-feira de Cinzas, o primeiro Domingo da Quaresma ou a Sexta-feira Santa.

Além da santificação pessoal, os irmãos terceiros dedicaram-se a tarefas diversificadas, muitas de cariz social. A ação piedosa e de beneficência da Ordem Terceira esteve sempre patente ao longo dos séculos manifestando-se de diversas formas, como por exemplo, a decisão em Mesa de 3 de maio de 1832 de dar esmola de bacalhau, arroz, pão, laranjas e dinheiro a todos os presos das cadeias da Portagem, Universidade e Aljube e a todos os irmãos pobres da Ordem<sup>2</sup>; com a fundação do Hospital e Asilo, inaugurado em 1851 e 1852<sup>3</sup>, com o Patronato Masculino de Santo António e, mais recentemente, com a criação da Casa Abrigo Padre Américo (fundada em 1994).<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Bulas Estatutos e Memórias, *Livro dos termos e resoluções da Ordem Terceira*, 1724-06-27 a 1845-09-29 e *Livro das mesas e lembranças da Venerável Ordem*, 1785-10-14 a 1835-02-23.

<sup>3</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Atas e Eleições, *Atas das Sessões do Definitório*, 1872-11-13 a 1889-04-11, fl. 123v.

<sup>4</sup> Sobre a função assistencial da Ordem Terceira de Coimbra consultar, por exemplo, SILVA, Ana Margarida Dias da (2015). *O Hospital e Asilo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra (1851-1926)*. Coimbra: Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco; SILVA, Ana Margarida Dias da (2016) – “Curados, melhorados ou falecidos” no Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra (1851-1926). *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, p. 315-336. Disponível em: <https://impactum.uc.pt/pt-pt/node/114386> DOI: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_47\\_16](https://doi.org/10.14195/0870-4147_47_16); SILVA, Ana Margarida Dias da (2016). “Beati mortui qui in Domino moriuntur”: atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra

A 5 de janeiro de 1659 foi feita a primeira eleição com os oficiais na forma estipulada pelo Papa Nicolau IV, estando presentes D. Frei António de Trejo, bispo de Cartagena e vigário geral desta seráfica ordem, o padre frei Jerónimo da Cruz, comissário desta 3ª Ordem da Penitência no convento de S. Francisco da Ponte de Coimbra, e com assistência e votos dos irmãos terceiros.<sup>5</sup> Os primeiros Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Coimbra determinavam que esta fosse governada por um Ministro, um Secretário, seis ou oito Definidores, um Síndico, um Vigário do Culto Divino, os Zeladores em número dependente da cidade, vila ou lugar ou o número de irmãos, seis Sacristães e um Vice visitador<sup>6</sup>.

Em 1740 iniciou-se a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição da Ponte e Casa do Despacho onde se reunia a Mesa do Conselho<sup>7</sup>. O novo edifício foi construído em terreno anexo ao convento de S. Francisco da Ponte e ainda hoje é propriedade da Ordem Terceira de Coimbra. Em 1784 a Mesa da Ordem Terceira reuniu na igreja paroquial e colegiada de S. Cristóvão, uma vez que fora expulsa da Casa do Despacho e capela ereta no convento de S. Francisco da Ponte e, em novembro de 1785, reuniu pela primeira vez na Sé Velha<sup>8</sup>. A Ordem Terceira conimbricense entrou na posse da igreja do Carmo em 1837 e, pelo artigo 17º da Carta de Lei de 15 de setembro de 1841, foi-lhe cedida a igreja e mais pertenças do extinto Colégio do Carmo Calçado na rua da Sofia para nela celebrar os ofícios divinos. Pela Carta de Lei de 23 de abril de 1845 foi também concedido o edifício daquele colégio a fim de se estabelecer um hospital para curativo dos enfermos pobres da mesma Ordem<sup>9</sup>.

A extinção das ordens religiosas, em 1832 e 1834, causou grandes embaraços no governo habitual das diversas ordens terceiras. Com o desaparecimento dos comissários religiosos apagar-se-ia o espírito franciscano tradicional. Salvaguardaram-se as detentoras de instituições úteis aos profanos: lar/asilo, hospital, creche, escolas primárias ou cemitério privativo.

---

(1707-1785). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 16, p. 217-242. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/40960> DOI: [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_16\\_10](https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_10); SILVA, Ana Margarida Dias da; MARQUES, Adelino (2018). Ordem Franciscana Secular de Coimbra: assistência espiritual e material sob a égide de S. Francisco (séculos XVII a XX). *Itinerarium*. LXIV, p. 209-224; e SILVA, Ana Margarida Dias da; MARQUES, Adelino (2018). Pobres, doentes e esmolados da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, Portugal (1861-1926). [Em linha] *Revista Tempo*. Dossier temático Pobreza & Assistência: debates historiográficos. Niterói. Vol. 24 n. 2, (Maio/Ago), p. 328-348. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/tem-1980542x2018v240208>

<sup>5</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Atas e Eleições, *Termos das Eleições*, 1659-01-05 a 1733-05-21.

<sup>6</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Bulas Estatutos e Memórias, *Estatutos da Nossa Ordem, vários termos da Mesa e Juntas Gerais, entradas e profissões e modo das figuras e procissões*, 1659-01-05 a 1739-03-28.

<sup>7</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Bulas Estatutos e Memórias, *Livro dos termos e resoluções da Ordem Terceira*, 1724-06-27 a 1845-09-29, fl.18v.-19.

<sup>8</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Atas e Eleições, *Termos das Eleições*, 1699-01-21 a 1853-06-05, fl.229-230v.

<sup>9</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Atas e Eleições, *Atas das Sessões do Definitório*, 1857-07-01 a 1867-07-09, fl. 31.

Depois da República, em sessão de Assembleia Geral de 28 de dezembro de 1911 foi decidida a revisão dos Estatutos da Ordem tendo por base as disposições, quer prescritivas quer proibitivas, da Lei de Separação do Estado e da Igreja de 20 de abril de 1911. No seu artigo 25º, a referida Lei proibia o relacionamento com qualquer religioso regular, tolerando-as, contudo, no artigo 17º, na qualidade de corporações ou irmandades de assistência ou beneficência. Os irmãos terceiros conimbricenses enfatizam o carácter assistencial e de beneficência da instituição particularmente exercidos no hospital e asilo, em esmolos pecuniárias e em assistência médica e farmacêutica que concede aos irmãos pobres, procurando demarcar-se, assim, do carácter religioso que a Ordem outrora tivera<sup>10</sup>.

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra é hoje titular de um lar para idosos denominado *Lar da Ordem Terceira de S. Francisco*, que funciona nas dependências da sua sede, na rua da Sofia, n.º 114, na cidade de Coimbra.

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco<sup>11</sup> está desde 2 de novembro de 1989 registada como Instituição Particular de Solidariedade Social na Direção Geral de Ação Social, no livro n.º 3 das Associações de Solidariedade Social, a folhas 163, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 13º do Regulamento de Registo das Instituições Privadas de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria 778/83 de 23 de julho de 1983.<sup>12</sup>

O governo da Fraternidade, suas obras e serviços, está dividido pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho da Fraternidade. Os mandatos duram três anos, e a tomada de posse deve ser feita dentro de trinta dias posteriores à eleição.

Para além das atividades específicas da vida da fraternidade e de culto comunitário, com o fim de alargar o seu campo de apostolado, a fraternidade inclui nos seus objetivos, além de outros, a prestação de serviços de segurança social. Neste âmbito, propõe-se prosseguir atividades de apoio à terceira idade – lar, centro de dia, centro de acolhimento temporário e apoio à infância e juventude.

---

<sup>10</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Atas e Eleições, *Atas das Sessões do Definitório*, 1911-03-09 a 1914-05-14, fl.17-17v.

<sup>11</sup> Canonicamente ereta confirmada pelo Bispo da Diocese de Coimbra em 7 de novembro de 1897, e cujos estatutos foram aprovados por alvará do Governo Civil do Distrito de Coimbra em 4 de março de 1913 e alterados por alvará do referido Governo Civil de Coimbra em 13 de junho de 1921.

<sup>12</sup> Conforme consta no *Diário da República – III Série* de 23 de janeiro de 1990.



## O Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra<sup>13</sup>

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra, enquanto instituição que produz documentos no exercício da sua atividade, é detentora de um vasto e riquíssimo arquivo que remonta ao ano da sua fundação. De facto, a Ordem Terceira de Coimbra manteve, desde 1659 até hoje, sem alterações de maior, as suas funções e a sua orgânica, sabendo preservar e salvaguardar a documentação/informação por si produzida e recebida ao longo destes mais de três séculos e meio.

O arquivo da instituição é composto de variadíssima documentação/informação, que retrata a história e o papel que a Ordem Terceira de Coimbra foi tendo ao longo dos séculos junto dos seus membros. Pode colher-se informação sobre a origem da Ordem e os conflitos existentes com os religiosos franciscanos do convento de S. Francisco da Ponte; saber quais as Bulas e as Indulgências concedidas pela Santa Sé destinadas à Ordem e aos seus membros; perceber as relações institucionais, mais ou menos pacíficas, que foram sendo mantidas com outras instituições da cidade, nomeadamente, com a Real Confraria da Rainha Santa Isabel, com a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, com a Câmara Municipal de Coimbra, e até com outras ordens terceiras franciscanas por todo o país.

Outro conjunto documental de grande importância é aquele que permite conhecer quem foram os homens e mulheres que fizeram parte desta irmandade, logrando não só vivenciar a religiosidade franciscana cristã como também auferir dos privilégios e benefícios (espirituais e materiais) que só a Ordem Terceira oferecia. Partindo dos *Processos de inquirição e pedidos de admissão de irmãos* confirmou-se que nem só de nacionais (continentais e insulares) se fez esta Fraternidade: alguns são os processos localizados referentes a estrangeiros ou a descendentes de famílias europeias, sobretudo, mas também alguns brasileiros, que nos dão conta, a par de outros elementos, da pluralidade sociocultural dos membros da Ordem Terceira de Coimbra. Paralelamente, a partir de documentação/informação diversa, como por exemplo, *Pedidos de esmolos, Pedidos de admissão no Hospital e Asilo*, que se junta à série documental já atrás citada, é possível traçar um retrato da composição humana da instituição, saber qual o estatuto socioeconómico dos irmãos e irmãs da ordem conimbricense, a sua naturalidade, estado conjugal, ocupação profissional, idade e filiação. Os documentos que hoje se encontram no arquivo permitem saber quem foram os ministros e as ministras e os restantes membros da Mesa do Conselho do Definitório que governaram a Ordem nestes quase de 355 anos de existência.

---

<sup>13</sup> Sobre o arquivo da Ordem Terceira de Coimbra consultar: SILVA, Ana Margarida Dias da (2013). *Inventário do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra (1659-2008)*. Instrumentos de Descrição Documental 2. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10334/4/IDDs2InventarioOrdemTerceira.pdf>

A questão financeira e económica está sempre presente na vivência de qualquer instituição, como garante da sustentabilidade e sobrevivência internas, e, neste caso em particular, como promoção do trabalho assistencial face ao exterior, logo, também surge retratada no seu arquivo. A materialidade existente nessa dicotomia *do Deve e do Haver* plasma-se nos *Anuais* pagos pelos irmãos, nas esmolas oferecidas ou dadas, nos subsídios concedidos à Ordem, nos salários pagos aos funcionários, na aquisição de património que enriquece culturalmente a instituição. De facto, os registos da “Caixa” – *receitas e despesas*, aliados aos *Inventários* dos bens móveis existentes na ordem, são preciosos para determinar a origem e a autoria das inúmeras obras de arte (pictóricas, escultóricas e mobiliário) existentes ainda hoje na Ordem Terceira de Coimbra.

A ação assistencial e de beneficência, razão primeira da existência e ação da Ordem Terceira, fundada nos princípios da doutrina cristã do franciscanismo, faz-se sentir logo desde o momento fundador, e o seu registo e memória ficaram perpetuados na documentação que a instituição conserva: o registo da atribuição de esmolas; no séc. XIX, a criação do Hospital e Asilo, destinado fundamentalmente aos irmãos e irmãs, mas que não nega auxílio a elementos externos; no séc. XX, o ensino das primeiras letras aos filhos dos irmãos por meio daquilo que se designou por *Patronato Masculino de Santo António*; e, mais recentemente, na última década de 1900, a criação da *Casa Abrigo Padre Américo*.

## A classificação em arquivos

A Arquivística, tradicionalmente associada à custódia e tratamento técnico dos documentos e a ocupações profissionais, autonomizou-se em relação à História com o chamado *Manual dos Arquivistas Holandeses* em 1898. Até então, considerada como ciência auxiliar, a Arquivística evolui na sua dimensão técnica e prática e passa a constituir-se como um campo conhecimento que abrange a origem, recolha, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

A organização de arquivos, no entanto, não surge apenas no século XIX, sendo conhecidos, em Portugal, alguns estudos sobre arquivística monástica medieval e moderna (Gomes 2003; Gomes 2005; Gomes 2007; Gomes 2009; Ribeiro 1998a; Santos 1996), por exemplo.

A classificação surge numa lógica de agrupamento de “coisas” que têm algo em comum. A classificação não é, portanto, exclusiva dos arquivos ou que só a eles aplicável. De facto, podem-se encontrar formas de classificação em quase tudo o que nos rodeia, desde a simples rotina diária e aspetos mais banais do quotidiano até ao mais elaborado sistema de tecnologia nuclear, uma vez que “no conceito de classificação está, portanto, implícita a ideia de arrumação e o sentido prático de localização” (Ribeiro, 1998b, p. 119). Embora este conceito esteja sempre na base



de qualquer plano de classificação, ou seja, a necessidade tanto de “arrumação” como de recuperação da informação, nem todos os organismos responsáveis pela elaboração dos planos seguem um modelo comum e uniforme, nem tão pouco entendem a informação e os documentos de arquivo da mesma forma: “some of these models are not sequential arrangements of functions, sub-functions, activities, or business processes as proposed in this paper, but alphabetical arrangements of titles one level below the function” (Sabourin, 2001, p. 142).

A classificação em arquivos pode seguir critérios orgânicos, funcionais ou temáticos, ou conjugar duas das características anteriores e os seus objetivos variam conforme a fase em que se encontram os documentos, já que, na fase ativa “deve refletir os interesses e as especificidades da organização produtora e acumuladora dos documentos” e nos arquivos definitivos são respeitadas “a sua integridade, a sua proveniência e a sua ordem original, o que implica, em boa medida, respeitar a classificação atribuída pelo órgão produtor” concorrendo para o mesmo fim de “recuperação da informação e alargamento do acesso aos documentos” (Simões *et al.*, 2013, p. 101).

A classificação funcional dá o enfoque exclusivamente às funções, e a classificação orgânica tem em atenção, por sua vez, à estrutura orgânica da entidade produtora. Porém, nem todos conseguem ser realmente puros, daí existirem planos orgânico-funcionais ou temático-funcionais. Existem planos que abrem o espectro procurando englobar todo e qualquer tipo de documentação, outros que afinam e ainda aqueles que colocam o enfoque no utilizador/cliente.

A distinção entre plano de classificação e quadro de classificação aparece registada no *Dicionário de Terminologia Arquivística*: o quadro de classificação é utilizado para a organização de um acervo documental de acordo com os princípios da proveniência e respeito pela ordem original (Alves, 1993, p. 80) e o plano de classificação é concebido para a organização de um arquivo corrente, de acordo com as funções da entidade produtora (Alves, 1993, p. 74). A dicotomia assenta no facto de não classificar os arquivos correntes e deixar esse processo metodológico para a fase definitiva dos documentos.

A NP 4041 define um quadro de classificação como um:

esquema de organização de um acervo documental ou de um arquivo intermédio ou definitivo, observando os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição arquivística e/u instalação.

Entre outras funções, a classificação da informação, enquanto recurso metodológico que funciona como um instrumento de organização intelectual da informação, mas que conjuga igualmente os objetivos de representação e recuperação da informação, é fundamental no trabalho dos arquivistas.

Em relação à classificação seguida em arquivos religiosos (Silva *et al.*, 2019) apresentam as seguintes conclusões:

As propostas de classificação apresentadas privilegiam a abordagem orgânico-funcional (sete teses) presente em todas as escolas estudadas, em detrimento da classificação funcional, representada por apenas duas teses da UNL e da FLUC;

A metodologia apresentada abarca diferentes propostas, desde o *metodo storico* (Lodolini), passando pela abordagem de base qualitativa assente no estudo de caso até ao método quadripolar ou à omissão do método utilizado;

Não obstante, uma predominância pela rejeição dos quadros apriorísticos, a adoção da abordagem orgânico-funcional, com enfoque no modelo sistémico. (Silva et al 2019, p. 342).

No caso concreto, relativo à Ordem Terceira de Coimbra, por se tratar de documentação histórica, ao elaborar o Quadro de Classificação, procurou-se ser o mais fiel possível à estrutura da instituição: optou-se, então, por um Quadro de Classificação orgânico.

A opção pela elaboração de um Quadro de Classificação orgânico justifica-se por ser aquele que melhor reflete a estrutura da Ordem Terceira de Coimbra e que mais fidedignamente espelha a produção da informação desde 1659 até aos dias de hoje. Foram identificadas três secções principais: a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal (que são órgãos de gestão e dão apoio à Mesa do Conselho) e o Conselho (que é o órgão de gestão máximo da Ordem Terceira). Dentro da secção Conselho foram criadas as subsecções: Secretaria; Tesouraria; Hospital e Asilo; Lar; Casa Abrigo Padre Américo e Patronato Masculino de Santo António.

O objetivo deste trabalho de classificação foi respeitar o passado, não desvirtuando os circuitos informacionais e, ao mesmo tempo, fazer a ponte com o presente e com o futuro para que a instituição se reveja e se identifique sempre neste retrato.

## **A organização do cartório da Ordem Terceira de Coimbra a partir dos inventários de 1828 e 1887**

De acordo com os Estatutos da Ordem Terceira de Coimbra, competia ao irmão secretário a obrigação de conservar

em recato e boa ordem, que constão do Inventario, as Excripturas, e mais Papeis, que pertencem ao Cartorio da Ordem, não consentindo,

que do mesmo se extraia qualquer deles (ainda com autoridade da Meza) sem fazer no Livro competente declaração do Mezario, que o recebe; a qual será por ambos assignada”.<sup>14</sup>

Nem todos os secretários terão tido o mesmo zelo, conforme nota no Inventário de 1828 em relativa ao maço n.º 10:

Copias de vários Embargos, Artigos, Razoens e Alegaçoes da grande Demanda que a Nossa Veneravel Ordem Teve com os Relegiosos da Ponte em 1785, mas quase tudo sem a devida Ordem pelo descuido de alguns secretários.<sup>15</sup>

A preocupação com a salvaguarda, possibilidade de acesso e organização aos seus documentos manifesta-se na elaboração do *Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3ª de Coimbra*, em 1828, e do *Livro de inventário dos livros e mais papéis do cartório*, em 1887 (títulos constantes nas etiquetas originais apostas sobre as capas dos livros).

O cotejo dos registos das atas para esta cronologia não revela o porquê da realização destes inventários nestas datas. A realização de inventários acontece, normalmente, em períodos ou momentos de alteração. Na ausência de prova documental registada dos motivos que levaram o Conselho da Ordem Terceira de Coimbra a inventariar os livros e documentos do seu cartório em 1828 e em 1887, deixamos o contexto histórico próximo destas datas.

Após a construção da sua capela anexa ao convento de S. Francisco da Ponte, em 1740, a Ordem Terceira de Coimbra aí permaneceu até 1785, ano em que conflitos com os frades franciscanos levaram à saída da Ordem Terceira de Coimbra. Os irmãos terceiros seculares passaram a reunir na igreja colegiada de S. Cristóvão, mas por pouco tempo, tendo conseguido do prelado a concessão da igreja da Sé Velha até 1816, ano em que regressou à sua capela (Barrico, 1895, p. 29-65).

O inventário de 1828 sucede esta ausência de mais de 30 anos da sua sede própria. Possivelmente, o regresso à *casa mãe* com a pacificação das relações com os frades menores, levou o Conselho a ponderar da necessidade de registar os livros e documentos do seu cartório, longe de antecipar a convulsão que a extinção das ordens masculinas religiosas iria provocar em 1834.

O segundo inventário, de 1887, é já elaborado no extinto colégio do Carmo, sito na rua da Sofia, nova sede da Ordem a partir de 1845, por carta de lei de 23 de abril, para nele instalar o seu almejado hospital para irmãos pobres. A degradação do edifício obrigou a dispendiosas reparações, e foi aberto em 14 de maio de 1852 sob

---

<sup>14</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Bulas, Estatutos e Memórias, *Estatutos e Regulamento interno da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra seu Hospital e Asilo, Capítulo 5º Do Irmão Secretário*, 1828.

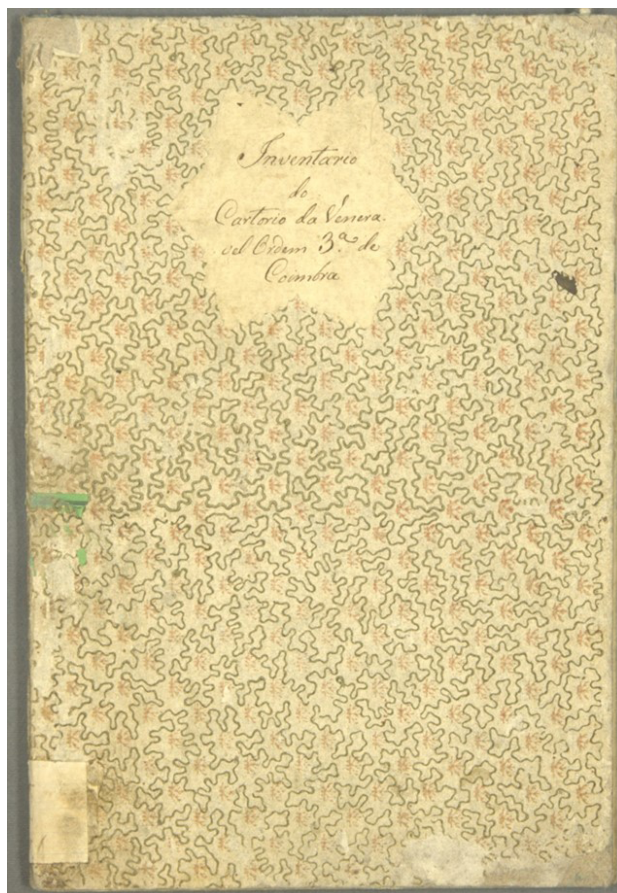
<sup>15</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Inventários, *Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3ª de Coimbra*, 1828, fl. 32v.

a invocação de Nossa Senhora da Conceição. As deficientes condições do modesto hospital conduziram, a partir de 1877, a uma profunda modificação do edifício; instalado em melhores condições, foi reaberto em 8 de junho de 1884, juntamente com um asilo para irmãos inválidos por limitação física ou decrepitude (Silva, 2015, p. 34-38).

Verifica-se que a segunda metade do século XIX foi, para a Ordem Terceira de Coimbra, um momento de adaptação a um novo espaço físico muito necessitado de intervenções. A mudança de sede e as décadas necessárias para a requalificação dos espaços podem explicar a realização do inventário em 1887. Instalada definitivamente no extinto colégio do Carmo e já sem preocupações extraordinárias, a Ordem Terceira de Coimbra poderia voltar a dedicar-se à gestão ordinária do quotidiano.

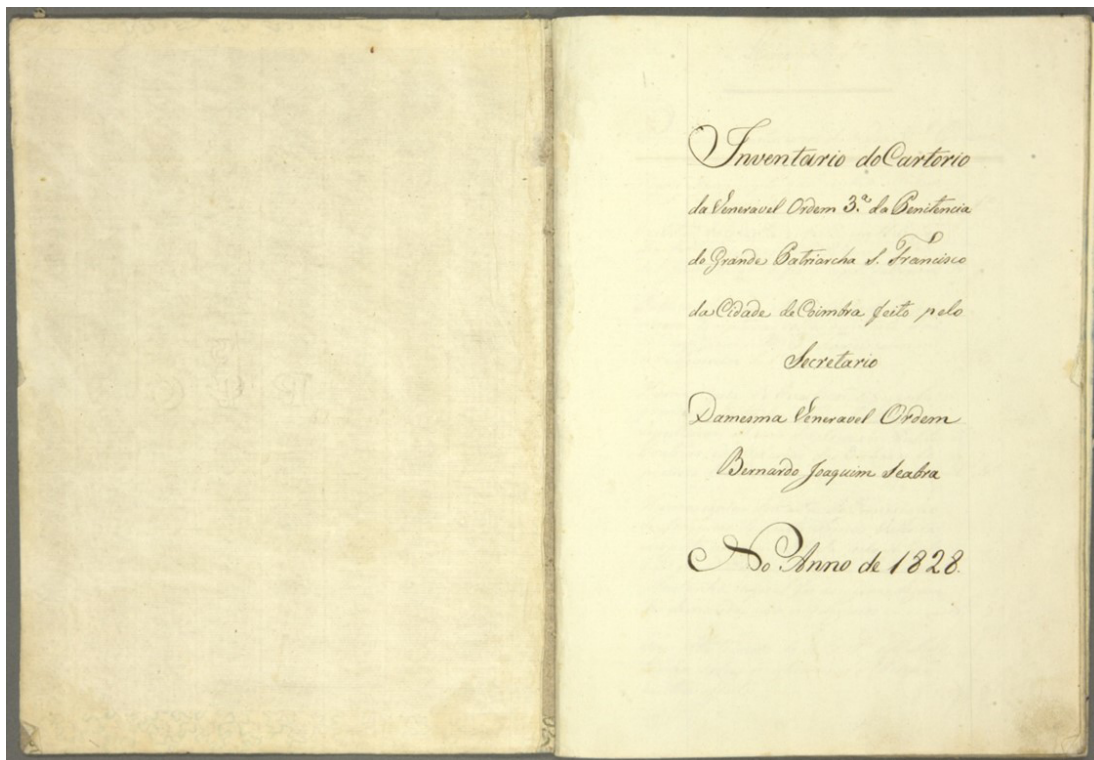
Estes inventários são livros que cumprem a sua função administrativa, pois registam a salvaguarda do património documental da instituição, logo, não são livros de aparato. Estão escritos em grafias pessoais e personalizadas, legíveis e cuidadas, para garantir a acessibilidade ao seu conteúdo e a sua fácil interpretação.

O inventário de 1828, intitulado *Inventario do Cartorio da Veneravel Ordem 3<sup>a</sup> da Penitencia do Grande Patriarcha S. Francisco da Cidade de Coimbra*, é um livro encadernado em cartão forrado a papel de fantasia, manuscrito pelo secretário Bernardo Joaquim Seabra em 68 folhas de papel.



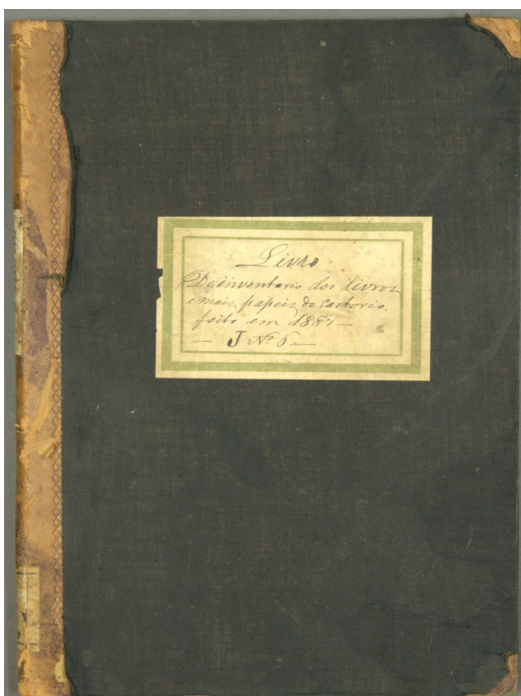
**Figura 1.** Capa do Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3ª de Coimbra de 1828.





**Figura 2.** Folha de rosto do Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3ª de Coimbra de 1828.

O *Livro de inventario dos livros e mais papeis do cartório feito em 1887*, conforme foi intitulado, foi mandado fazer pelo ministro Gaspar Alves de Frias Ribeiro, que autorizou o secretário João da Fonseca Barata e numerar e a rubricar o livro “que deve servir no futuro para nelle se fazer menção dos livros e outros papeis de valor existentes no cartório da mesma Veneravel Ordem”. O livro em papel e encadernação com pastas de cartão cobertas a tecido e couro tem 48 folhas.



**Figura 3.** Capa do Livro de inventário dos livros e mais papéis do cartório de 1887.

Os dois livros de inventário do cartório da Ordem Terceira de Coimbra apresentam a organização do arquivo da instituição através da ordenação alfabética dos livros dentro cada série, entre as letras A e M, e os documentos avulsos agrupados em maços segundo uma ordenação numérica de 1 a 34, constituindo aquilo que hoje se designa por *série* ou *série documental*.<sup>16</sup>

O inventário de 1887 segue o de 1828 embora com algumas alterações, nomeadamente com a inclusão da documentação respeitante ao Hospital (fundado em 1881) (*cf.* Quadros 1 e 2), e particularmente na descrição dos maços (*cf.* Quadros 3 e 4). Na organização de 1887 do cartório, foi-lhes atribuída a cota “J n.º 5” e “J n.º 6”, respetivamente.<sup>17</sup>

**Quadro 1.** Organização alfabética dos livros do cartório da Ordem Terceira de Coimbra (1828).

Letra A – Livros os mais importantes da Nossa Veneravel Ordem 3ª da Penitência  
Letra B – Livros de inventarios  
Letra C – Livros de Elleições  
Letra D – Livros de Obitos e Certidões de Miças  
Letra E – Certidões de Miças  
Letra F – Livros das Entradas e Profiçoens  
Letra G – Livros da Receita e Despeza em separado  
Letra H – Livros da Receita e Despeza em Groço  
Letra J – Livros de varios objectos  
Letra L – Livros de Annuaes

**Quadro 2.** Organização alfabética dos livros do cartório da Ordem Terceira de Coimbra (1887).

Letra A – Livros os mais importantes da Nossa Veneravel Ordem 3ª da Penitência  
Letra B – Escripturas  
Letra C – Certidões de Missas  
Letra D – Obitos dos Irmãos  
Letra E – Eleições e Actas  
Letra F – Livros das Entradas e Profissões  
Letra G – Livros da Receita e Despeza  
Letra H – Livros da Receita e Despeza e Aprovação de Contas  
Letra J – Livros de inventario  
Letra L – Annuaes  
Letra M – Livros do Hospital  
Letra N – Livro cadastro da receita  
Letra O – Livro cadastro da despesa

<sup>16</sup> A *Norma geral internacional de descrição arquivística* ISAD(G) define série como: “conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como uma unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma actividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização” (2002, 14).

<sup>17</sup> Portugal, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, Inventários, *Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3ª de Coimbra*, 1828 e *Livro de inventário dos livros e mais papéis do cartório*, 1887.



**Quadro 3.** Organização numérica dos maços do cartório da Ordem Terceira de Coimbra (1828).

- N.º 1 – Papeis importantissimos da Nossa Veneravel Ordem
- N.º 2 – Bullas e copias d’outras e Editais concedidas a Nossa Venerável Ordem 3ª da Penitencia pelos Sumos Pontifices
- N.º 3 – Cartas do Exm. Bispo Conde
- N.º 4 – Testamentos e Doações feitas a Nossa Veneravel Ordem 3ª e cumprimento dos mesmos
- N.º 5 – Cartas de correspondências com varias Ordens 3as abaixo declaradas, e principalmente com a de Bragança onde se achão alguns Documentos
- N.º 6 – Varias Sentenças a favor da Nossa Ordem, e outras contra e varos papeis Furences e Escripturas que presentemente não tem vigor por se haverem reformado
- N.º 7 – Varios papeis e alguns importantes a Nossa Ordem
- N.º 8 – Certidoens de Missas da Nossa Veneravel Ordem 3ª
- N.º 9 – Requerimentos de vários pertendentes sobre objectos tendentes a Escripturas, e vários Dotes que n’outro tempo se derão, informações de pertendentes de dinheiro a Juro, Importe da Nossa Crus de Prata, e vários Provimentos do Capellão
- N.º 10 – Copias de vários Embargos, Artigos, Razoens e Alegaçoes da grande Demanda que a Nossa Veneravel Ordem teve com os religiosos da Ponte em 1785, mas quase tudo sem a devida Ordem pelo descuido de alguns Secretarios
- N.º 11 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra A
- N.º 12 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra B – C – D – E – F – G – H
- N.º 13 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra I
- N.º 14 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra M
- N.º 15 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra M
- N.º 16 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra L
- N.º 17 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra N – P – Q – R – S – V
- N.º 18 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra T
- N.º 19 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra A
- N.º 20 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra A
- N.º 21 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra B
- N.º 22 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra D – E – G – H
- N.º 23 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra F
- N.º 24 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra C
- N.º 25 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J

**Quadro 3.** Cont.

- N.º 26 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J
- N.º 27 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J
- N.º 28 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra L
- N.º 29 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra N – P – R – S – T – V – X – O
- N.º 30 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra M
- N.º 31 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra M
- N.º 32 – Varias Despezas das Nossas Sagradas Iamgens e outras
- N.º 33 – Requerimentos de Pertendentes ao Santo Habito que forão Escuzados
- N.º 34 – Varias Pertiçoens de Esmolas dos Imrãos Pobres e Irmans
- Nº 35 e N.º 35 – Extratos de Varias Prociçoens e Rois de Annuaes

**Quadro 4.** Organização numérica dos maços do cartório da Ordem Terceira de Coimbra (1887).

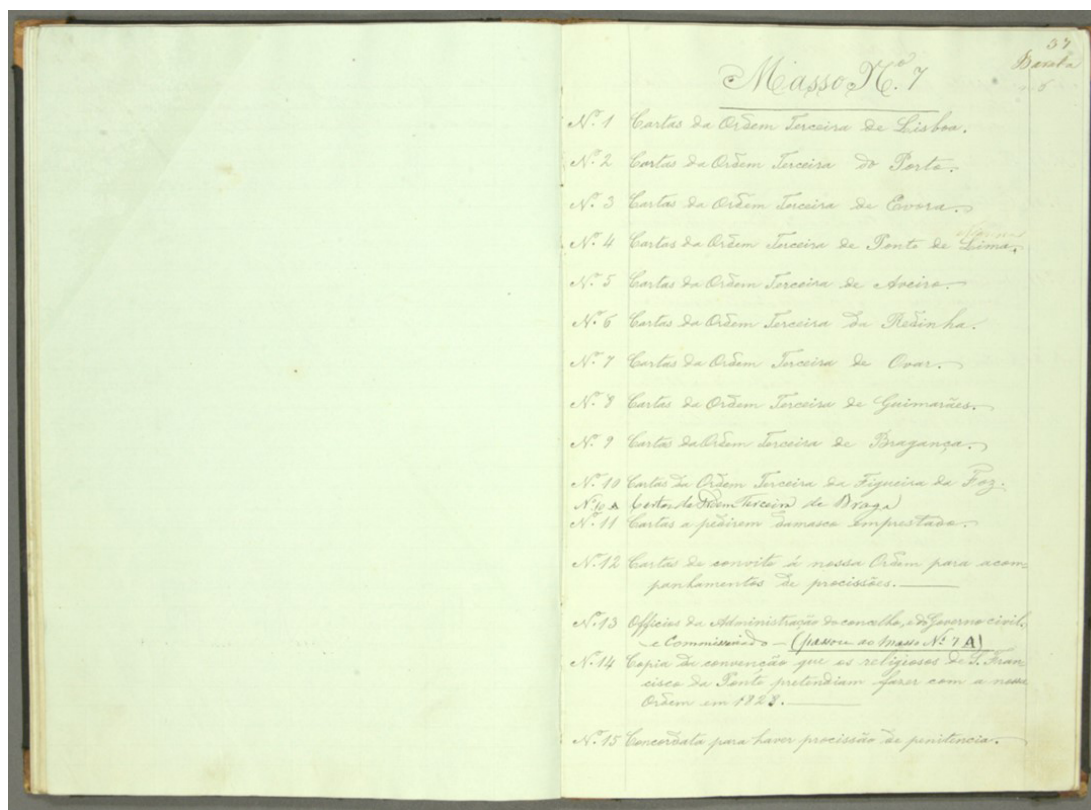
- N.º 1 – Fundação da Veneravel Ordem. Escripturas da nossa capella da Ponte. Demanda com os frades de S. Francisco
- N.º 2 – Varios documentos
- N.º 3 – Bullas e Breves
- N.º 4 – Testamentos
- N.º 5 – Sentenças
- Nº 6 – Escripturas
- N.º 7 – Cartas
- N.º 8 – Certidões de Missas da nossa Veneravel Ordem Terceira
- Nº 9 – Documentos de despeza de 1872 a 1884
- N.º 9A – Documentos de despeza de 1884 a 1885
- N.º 9B – Documentos de receita e despeza de 1885 a 1886
- N.º 10 – Receitoario de 1860 a 1877
- N.º 10A – Receitorario de 1884 a 1886
- N.º 11 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra A
- N.º 11A – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra A
- N.º 12 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra B
- N.º 13 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra C
- N.º 14 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra D e E
- N.º 15 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra F G e H
- N.º 16 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra J
- N.º 16A – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra J

**Quadro 4.** Cont.

- N.º 16B – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra J
- N.º 17 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra L
- N.º 18 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra M
- N.º 18A – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra M
- N.º 18B – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra M
- N.º 18C – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra M
- N.º 19 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra N P Q e R
- N.º 20 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra T
- N.º 20A – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra T
- N.º 21 – Mulheres admetidas ao Santo Habito com o nome da letra S U e V
- N.º 22 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra A
- N.º 22A – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra A
- N.º 22B – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra A
- N.º 22C – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra A
- N.º 23 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra B
- N.º 24 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra C D e E
- N.º 25 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra F
- N.º 25A – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra F
- N.º 26 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra G e H
- N.º 27 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J
- N.º 27A – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J
- N.º 27B – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J
- N.º 27C – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J
- N.º 27D – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J
- N.º 27E – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra J
- N.º 28 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra L
- N.º 29 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra M
- N.º 29A – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra M
- N.º 29B – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra M
- N.º 29C – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra M
- N.º 30 – Homens admetidos ao Santo Hábito com o nome da letra O P R S T V
- N.º 31 – Requerimentos a pedir esmolas de admissão no Hospital e Asylo
- N.º 31A – Requerimentos a pedir esmolas de admissão no Hospital e Asylo
- N.º 31B – Diversos papeis e documentos
- N.º 32 – Diversos requerimentos e indeferidos
- N.º 33 – Extractos de varias procissões

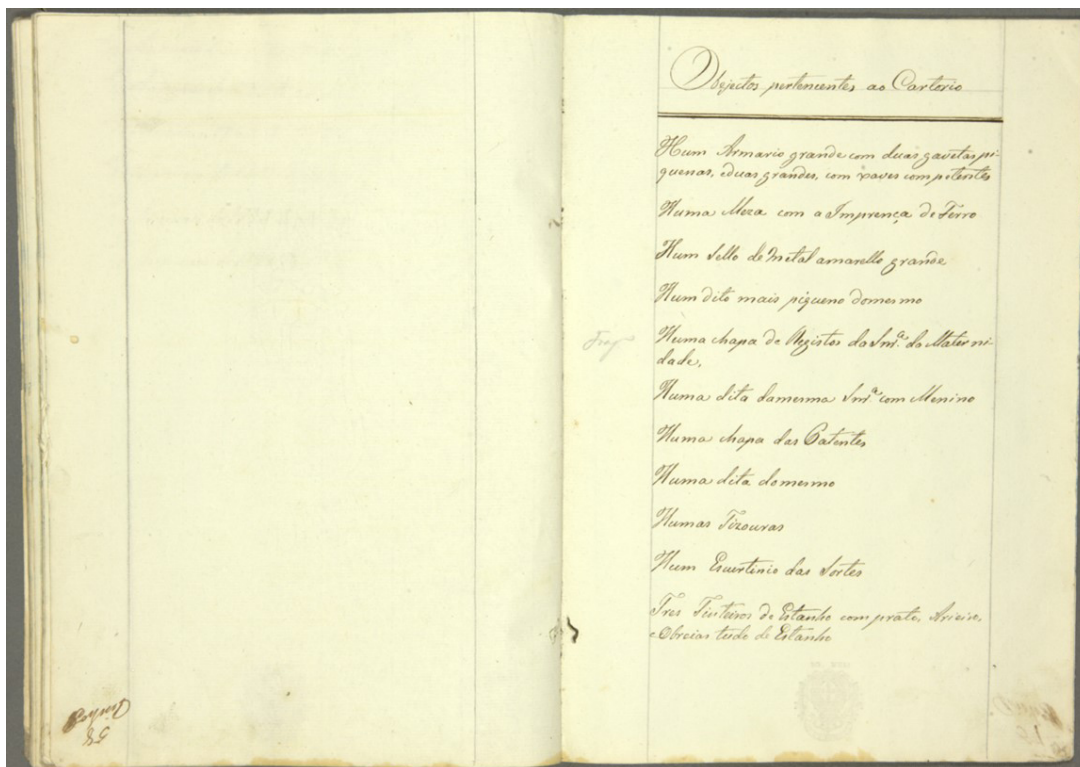
O inventário de 1887 revela maior clareza na nomeação das *séries* e a necessidade de acrescentar letras à numeração dos maços demonstra a reorganização dos processos de inquirição para admissão dos irmãos e das irmãs à Ordem Terceira de Coimbra.

O mesmo inventário mostra a preocupação com o acesso aos documentos, nomeadamente com a inclusão de remissivas aquando da arrumação de documentos em maços diferentes daqueles inicialmente indicados no inventário de 1828 (Figura 4).



**Figura 4.** Pormenor da página 37 do Livro de inventário dos livros e mais papéis do cartório de 1887 com indicação de remissiva.

Os dois inventários sumariam o conteúdo dos livros e dos documentos e permitem saber que estes estavam arrumados na sala da secretaria. Em paralelo, os livros registam os objetos pertencentes ao cartório: um armário grande com duas gavetas grandes e duas gavetas pequenas, uma mesa com imprensa de ferro, selo de metal, chapa de registos, chapa de patentes, tesouras e tinteiros.



**Figura 5.** Página 58 do Inventário do Cartório da Venerável Ordem 3ª de Coimbra de 1828 com a lista dos objetos pertencentes ao cartório da Ordem Terceira de Coimbra.

A existência destes dois livros do cartório da Ordem Terceira de Coimbra facilitou o trabalho contemporâneo de classificação de informação. O *Inventário do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra (1659-2008)* publicado por (SILVA, 2013) seguiu a organização atribuída pelo cartório no século XIX. Visto tratar-se de um arquivo histórico, embora a instituição continue a sua atividade não muito diferentemente do passado, optou-se por manter essa cotização alfanumérica; será ela que vai identificar a documentação e permitir a sua recuperação pelos utilizadores, internos e externos.

## Conclusões

Os inventários oitocentistas do cartório aqui analisados, livros de uso frequente e administrativo que cumpriam uma função de preservação, de acesso e de memória, permitem compreender a organização do cartório da Ordem Terceira de Coimbra no século XIX.

A classificação da informação/documentação é sempre útil e indispensável para qualquer organismo/serviço, revelando-se até vantajosa para a gestão da sua informação.

A Ordem Terceira de Coimbra hierarquizou os assuntos que lhe permitiam o acesso à documentação, que era o garante dos seus direitos, deveres e privilégios ao longo do tempo. A manutenção da cotização alfanumérica já existente procurou

não destruir as ligações documentais realizadas no passado. Assim, os trabalhos de classificação e de descrição arquivística contemporâneos basearam-se no respeito pela ordem original atribuída ao cartório no século XIX.

## Referências

ALVES, Ivone *et al.* (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 257 p.

BARRICO, Joaquim Simões (1895). *Notícia da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da Cidade de Coimbra e do seu Hospital e Asylo*. Coimbra: Tipografia J. J. Leitão.

GOMES, Saul António (2003). O “Inventário das Escrituras” do Convento de S. Francisco de Santarém de [1411]. Observações breves acerca da *praxis* arquivística medieval portuguesa. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, p. 263-292.

GOMES, Saul António (2005). ‘DONATIONES CVSTODIANTVR: DONATIONES SERVENTVR’ Da memória e *praxis* arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça em tempos medievais. *Humanitas*, 57, p. 245-269.

GOMES, Saul António (2007). *Archivum: a preservação e a transmissão dos actos. In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage e Centro de História da Sociedade e da Cultura, p. 241-446.

GOMES, Saul António (2009). Manuscritos Medievais e Fragmentos. *In: AMARAL, A. F. Maia (coord). Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 41-72.

RIBEIRO, Fernanda (1998a). *O acesso à informação nos arquivos*. Porto: Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RIBEIRO, Fernanda (1998b). A classificação em arquivos: processo natural ou arranjo *a posteriori*?. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. N. 2, p. 119-126.

SABOURIN, Paul (2001). Constructing a Function-Based Records Classification System: Business Activity Structure Classification System. *Archivaria*. N.º 51, p. 137-155.

SANTOS, Maria José Azevedo dos (1996). Remarques sur les conditions de conservation des actes et des livres au Portugal (XIIe-XVe siècles). *Scriptorium*, T. L., p. 397-406.

SILVA, Ana Margarida Dias da (2013). *Inventário do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra (1659-2008)*. Instrumentos de Descrição Documental 2, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10334/4/IDDs2InventarioOrdemTerceira.pdf>

SILVA, Ana Margarida Dias da (2015). *O Hospital e Asilo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra (1851-1926)*. Coimbra, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco. 239 p.



SILVA, Ana Margarida Dias da (2016a). “Curados, melhorados ou falecidos” no Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra (1851-19269). *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, p. 315-336. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_47\\_16](https://doi.org/10.14195/0870-4147_47_16)

SILVA, Ana Margarida Dias da (2016b). “Beati mortui qui in Domino moriuntur”: atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 16, p. 217-242. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_16\\_10](https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_10)

SILVA, Ana Margarida Dias da; BORGES, Leonor Calvão; FREITAS, Cristiana; VIVAS, Diogo (2019). A classificação orgânico-funcional: saber arquivístico para a compreensão dos fluxos informacionais. *Atas do IX Seminário Internacional de Saberes Arquivísticos (SESA)*. Coimbra, p. 333-344

SILVA, Ana Margarida Dias da; MARQUES, Adelino (2018a). Ordem Franciscana Secular de Coimbra: assistência espiritual e material sob a égide de S. Francisco (séculos XVII a XX). *Itinerarium*. LXIV, p. 209-224

SILVA, Ana Margarida Dias da; MARQUES, Adelino (2018b). “Pobres, doentes e esmolados da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, Portugal (1861-1926)”. [Em linha] *Revista Tempo*, Niterói, v. 24, n. 2, p. 328-348. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/tem-1980542x2018v240208>

SILVA, Ana Margarida Dias da; MARQUES, Adelino (2019). *A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra no 360º aniversário da sua fundação*, Coimbra, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco.

SIMÕES, Graça e FREITAS, Maria Cristina Vieira de (2013). A Classificação em Arquivos e em Bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 7, n.1, p. 81-115.